



OUTROS TEMAS

Instrução Formal Tocantinense: Uma Análise Arqueogenealógica sobre a Repercussão de Dados do IBGE 2022

Formal Education in Tocantins: An Archeogenealogical Analysis on the Impact of IBGE 2022 Data

Thiago Barbosa Soares¹

orcid.org/0000-0003-2887-1302
thiago.soares@mail.uft.edu.br

Recebido em: 21 mar. 2025

Aprovado em: 22 out. 2025

Publicado em: 10 nov. 2025.

Resumo: Este artigo objetiva examinar, segundo a análise arqueogenealógica do discurso, as relações de poder-saber presentes na notícia "IBGE aponta: Tocantinsenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%", publicada em 26 de fevereiro de 2025, no periódico virtual *Gazeta do Cerrado*. Além disso, o artigo busca preencher lacunas na literatura acadêmica, já que estudos sobre educação no Tocantins ainda são escassos e frequentemente restritos a diagnósticos técnicos, sem articulação com teorias críticas como a aqui convocada à ação. Para tanto, o empreendimento investigativo recorre às noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme. Como resultado obtido, a investigação revelou como a objetivação estatística da população, operada por meio de categorias quantificáveis (faixas etárias, raça/cor, níveis de instrução), consolida uma lógica biopolítica (Foucault, 2008b) que transforma indivíduos em "casos" administráveis pelo Estado, hierarquizando corpos sociais, naturalizando desigualdades estruturais e reforçando mecanismos de exclusão.

Palavras-chave: escolarização, Tocantins, mídia, análise do discurso, relações de poder-saber.

Abstract: This article aims to examine power-knowledge relations, as conceptualized through archaeological-genealogical discourse analysis, within the news report titled "IBGE aponta: Tocantinsenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%", published on February 26, 2025, in the digital journal *Gazeta do Cerrado*. Furthermore, the study seeks to address gaps in academic literature, given that research on education in Tocantins remains scarce and often limited to technical diagnostics, lacking engagement with critical theories such as the one mobilized here. To this end, the investigation employs key analytical frameworks, including discursive formation, statement, dispositif (apparatus), and episteme. Among the findings, the analysis reveals how the statistical objectification of populations – operationalized through quantifiable categories (e.g., age brackets, race/ethnicity, educational attainment) – consolidates a biopolitical logic (Foucault, 2008b). This logic transforms individuals into administrable "cases" for state governance, hierarchizes social bodies, naturalizes structural inequalities, and reinforces mechanisms of exclusion.

Keywords: schooling, Tocantins, media, discourse analysis, power-knowledge relations

Considerações Iniciais

A instrução formal já foi a tônica de algumas décadas do século XX, com a massiva escolarização da população, com um custo que supera o nível de alfabetização ideal em detrimento do real. Criou-se um discurso,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil.

reproduzido por diversos aparelhos sociais, de que quanto mais instrução formal, maiores as chances de empregabilidade. Somado a isso, a frequência à escola é, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996), obrigatória dos 4 aos 17 anos. Isso inclui a educação infantil (a partir dos 4 anos), o ensino fundamental (dos 6 aos 14 anos) e o ensino médio (dos 15 aos 17 anos). Portanto, o ensino escolar, como uma estrutura capaz de arregimentar a cultura e distribuir de forma relativamente ampla os códigos sociais previamente validados por órgãos de implementação e fiscalização de conteúdos, está disponível, em tese, a toda população brasileira.

A escola, enquanto instituição responsável por reproduzir e distribuir códigos culturais hegemônicos, é analisada por Bourdieu e Passeron (1975) como um "aparelho ideológico" que legitima saberes vinculados a grupos dominantes. Essa crítica fundamenta-se na ideia de que a educação formal não é neutra, como se sabe, mas sim um instrumento de perpetuação de hierarquias sociais, ao selecionar conhecimentos que privilegiam a cultura das elites e marginalizam saberes locais, populares e indígenas. No contexto brasileiro, essa dinâmica é reforçada por mecanismos como a Base Nacional Comum Curricular (Resolução nº 4, 2018). Segundo Cury, Reis e Zanardi (2018), a BNCC padroniza conteúdos sob a égide de uma suposta neutralidade técnica, mas, na prática, reflete hierarquias socio-culturais ao priorizar perspectivas eurocêntricas e urbanas, produzindo um ensino subserviente e, fundamentalmente, pragmático.

Todavia, mesmo com um conjunto de expedientes, desde políticas públicas, programas de incentivo financeiro etc., lançados para dinamizar a escolarização massiva no Brasil, há uma série de obstáculos a serem enfrentados para que tal proposta universalizante, com problemas já evidentes, alcance a totalidade da população, já que os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021) mostram que 1,5 milhão de crianças e jovens entre 4 e 17 anos estão fora da escola,

concentrados em regiões periféricas e entre populações negras e indígenas. Essa exclusão estrutural, conforme argumenta Arroyo (2012), expõe o paradoxo de um sistema que promete equidade, mas perpetua, entre outros elementos, desigualdades históricas. Nesse direcionamento, os níveis de instrução formal refletem, de certa forma, o próprio funcionamento da sociedade brasileira. Por conseguinte, estudá-los é investigar o circuito coletivo a partir de um de seus aparelhos, ou melhor, é procurar entender que o que se diz sobre a escolarização representa como ela é atualmente interpretada.

Diante do horizonte delineado, este artigo objetiva examinar, segundo a análise arqueogenealógica do discurso, as relações de poder-saber presentes na notícia "IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%", publicada em 26 de fevereiro de 2025, no periódico virtual *Gazeta do Cerrado*. Além disso, o artigo busca preencher lacunas na literatura acadêmica, já que estudos sobre educação no Tocantins ainda são escassos e frequentemente restritos a diagnósticos técnicos, sem articulação com teorias críticas como a aqui convocada à ação. Para uma melhor visualização do empreendimento investigativo, apresentam-se as seções que compõem este texto, seguidas de uma breve síntese de seus respectivos conteúdos. Nas "Considerações Teórico- Metodológicas", são explicitadas as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, advindas da análise arqueogenealógica do discurso.

Na seção subsequente, *Uma Análise Arqueogenealógica sobre a Repercussão de Dados do IBGE 2022*, os operadores mencionados são postos em marcha no processo de descrição e interpretação das relações de poder-saber na matéria sob exame. Essa realização, além de explicar um conjunto de fenômenos sociais vinculados à instrução formal, ratifica, em boa medida, o que Weaver (2016, p. 26) assevera pontualmente sobre a escolarização: "o que os defensores da civilização contemporânea querem dizer quando afirmam que o homem moderno

é mais bem-educado que seus antepassados é que ele é alfabetizado em larga escala". Por fim, são apresentadas, nas "Considerações Finais", as possíveis contribuições resultantes do caminho elucidativo aqui traçado, destacando-se a relevância das reflexões desenvolvidas ao longo do estudo. Nesse sentido, busca-se sintetizar os principais achados, evidenciando como os resultados obtidos podem ampliar o entendimento acerca da temática abordada e subsidiar novas investigações. Portanto, são discutidas as implicações práticas e teóricas das análises realizadas, bem como eventuais limitações do estudo, apontando direções para futuras pesquisas.

Considerações Teórico-Methodológicas

Para alcançar a propositura traçada para este artigo, viabiliza-se o exame da notícia *IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (*Gazeta do Cerrado*, 2025) por meio de um conjunto de instrumentos descritivo-interpretativos, isto é, as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, advindas da análise arqueogenealógica do discurso.

Com esse objetivo traçado, emprega-se, de acordo com Foucault (2014, p. 31), a composição nocional saber-poder, uma vez que "poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder". Desse modo, a utilização da composição nocional poder-saber, bem como saber-poder, refere-se justamente à tal implicação direta entre um e outro.

Nessa perspectiva teórico-metodológica, a análise dos conceitos de enunciado, formação discursiva e episteme não só sustenta o arcabouço conceitual da pesquisa, mas também define as bases metodológicas que orientam esta investigação. Por meio de um enfoque arqueogenealógico, busca-se interpretar as dinâmicas entre saber e poder que se articulam dentro de um contexto epistemológico delimitado, revelando como tais relações moldam e são moldadas

por estruturas históricas e discursivas particulares. Porém, as concepções formação discursiva, enunciado, dispositivo, episteme e relações de poder-saber somente são aproveitadas em sua máxima potencialidade heurística quando estão frente a uma concepção macrodinâmica, o discurso. Para explicar esse elemento, pode-se recorrer a inúmeros autores, alguns mais materialistas irão delimitá-lo como resultado das condições de produção segundo as quais um sujeito projeta-se no interior dos sentidos já existentes; outros vão descrevê-lo como um processo de enunciação subjetiva cujo principal traço é a plurivocalidade.

Para este estudo, devido ao seu arcabouço teórico-metodológico, o discurso é uma rede de sentidos, com seus múltiplos artefatos disseminadores, capaz de representar, segundo certas perspectivas, uma parte significativa do próprio funcionamento do circuito social. De acordo com Foucault (2009, p. 49), "o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos". Soares (2025, p. 194), acerca do discurso, explica: "o discurso emerge como um efeito do conjunto de enunciados que almejam representar um determinado acontecimento, configurando-se, portanto, como uma prática social intrinsecamente vinculada à produção de sentidos". Em toada similar e mais explicativa, Foucault (2012, p. 143) assevera: "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na formação discursiva, ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar". Desse modo, o discurso está necessariamente articulado tanto ao enunciado quanto à formação discursiva.

Decorrentemente da exposição acima, tem-se que o enunciado é a concretização do discurso, contudo, como não é possível alcançar a sua completude, dá-se por segmentação, ou seja, o enunciado, como aqui é tratado sob a égide arqueogenealógica, refere-se a um produto por meio do qual o discurso manifesta-se. Nesse direcionamento elucidativo, pode-se afirmar que um artigo é um enunciado, um livro, uma prova

de história, uma revista em quadrinhos, entre outros tantos exemplos, uma vez que viabilizam o discurso de acordo com esferas de funcionamento social, segundo as quais os sentidos são construídos. Todavia, como a própria definição de discurso formulada por Foucault (2012), o enunciado não é uma entidade isolada de outras, tampouco deixa de ter uma orientação. O direcionamento discursivo do enunciado é, então, a formação discursiva.

Tendo em vista que as formações discursivas existem por meio de complexos arranjos de enunciados em múltiplos dispositivos de dispersão de seus sentidos condutores, Foucault (2008a, p. 110) afirma, sobre a associação entre a formação discursiva e o enunciado: "Estamos agora diante de uma figura complexa. Ela pode e deve ser analisada simultaneamente como uma formação de enunciados". Eis que o enunciado é o expediente por meio do qual se torna possível analisar a formação discursiva. Diante da potência da formação discursiva e seu funcionamento, Soares e Boucher (2024, p. 66) sustentam: "o sistema de positivities engendra outro segundo o qual as negatividades possuem um funcionamento tácito em relação diametral ou adjacente aos sentidos nucleares de uma determinada formação discursiva". Em outros termos, o enunciado, dada sua materialidade, exerce o papel de função entre o discurso e a formação discursiva que, por sua vez, dirige-o segundo elementos analisáveis no interior das relações de poder-saber que o presentificam.

Em abordagem apreciativa ao tratamento conferido às formações discursivas, Soares e Boucher (2024) declaram que sua operacionalização plena exige a apreensão crítica de seu potencial restrito de disseminação semântica, condicionado pela articulação reflexiva das correlações de poder-saber inscritas na tessitura coletiva. Nessa mesma perspectiva analítica, Foucault (2008a) ressalta que a investigação das formações discursivas e de sua positividade sistêmica, em diálogo com as estruturas do saber, circunscreve-se a determinantes específicos dos fenômenos enunciativos, não esgotando sua complexidade histórica.

Ampliando essa reflexão, Soares e Boucher (2024) enfatizam que a investigação arqueológico-genealógica dessas formações não apenas desvela estratos significativos do saber imbricados em sua constituição, mas, principalmente, explicita as dinâmicas de poder que se inscrevem nas arquiteturas enunciativas, revelando como tais estruturas perpetuam assimetrias simbólicas. Assim, a análise transcende a mera descrição para interrogar as condições político-epistêmicas que regimentam a produção e circulação dos discursos.

Como o enunciado possui características bastante específicas, seu projeto de análise, diferente de seu homônimo linguístico-gramatical, carece de procedimentos metodologicamente distintos, sobretudo quando se encontra no encadeamento investigativo das relações de poder-saber presentes entre a formação discursiva, o dispositivo e a episteme. Soares e Boucher (2024, p. 20) explicitam que o enunciado "só pode ser percebido, em suas fendas de sentido, segundo determinado regime de saber e suas práticas". Em outras palavras, o enunciado, que não pode ser depreendido fora da formação discursiva na qual se localiza, exprime, entre outros itens, um segmento considerável dos processos de saber-poder inerentes ao circuito coletivo do qual faz parte. Por tal razão, a configuração do enunciado, diante da propositura arqueogenalógica de sua constituição, volta-se para seu funcionamento social e, por extensão, para seu vetor, o dispositivo.

Em direcionamento restritivo ao enunciado e sua apropriação para este estudo, a notícia *IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (Gazeta do Cerrado, 2025) é tomada como o desenho perfilado do enunciado veiculado por um dispositivo midiático. Por sua vez, o dispositivo é um dos reguladores da estrutura macrodinâmica do enunciado. Segundo Soares e Boucher (2024, p. 21), no dispositivo, "operam-se as alterações de sentidos, além dos processos de criação e intercambiamento, veiculados no circuito coletivo". Deleuze (1999, p. 159),

ao tratar o dispositivo como operador funcional do discurso, afirma: "Todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade" [tradução nossa], que contém, como ele mesmo declara, "processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação" [tradução nossa] (p. 158).

Em diálogo com a articulação teórica proposta por Deleuze (1999), Agamben (2005, p. 9) conceitualiza o dispositivo, além daquilo que já foi explicado anteriormente, como "um complexo heteróclito que abarca, em equivalência ontológica, elementos linguísticos e extralinguísticos: discursos, instituições, edificações, legislações, mecanismos de controle e formulações filosóficas, entre outros estratos". Nessa mesma linha analítica, Soares e Boucher (2024, p. 47) ampliam a compreensão do conceito ao descrevê-lo como "um operador estratégico que, conforme seu campo de atuação, mobiliza uma ou múltiplas formações discursivas, cuja dinâmica depende das configurações de poder que regem sua inserção no tecido sociopolítico".

Agamben (2005, p. 10), por sua vez, radicaliza essa noção ao vinculá-la à estrutura do saber, afirmando que "o dispositivo se consolida como uma rede de poder-saber, portador de uma função estratégica material que o insere inexoravelmente em jogos de dominação, englobando em sua tessitura a própria episteme como substrato operativo". Desse modo, a análise transcende a mera catalogação de elementos para revelar como tais mecanismos articulam regimes de poder e sistemas epistêmicos, conformando tanto a produção de subjetividades quanto a ordenação do real. Dado tal delineamento acerca do dispositivo, no âmbito de sua conceitualização, para este artigo, volta-se à concretude de sua percepção, isto é, traceja-se, segundo a ótica arqueogenealógica, o dispositivo circunscrito à possibilidade de investigação derivada das relações de poder-saber presentes no enunciado eleito para este exame, sua vinculação à formação discursiva e o dispositivo, que, para fins didáticos, é concebido, aqui, como o jornal virtual *Gazeta do Cerrado*.

A partir de tal direcionamento, o encadeamento analítico firmado pelo enunciado, pela formação discursiva, pelo dispositivo, em correspondência com suas peculiaridades administradas pelo objetivo deste estudo, enseja a compreensão da episteme. Em sua análise sobre a episteme e suas implicações nas estruturas do conhecimento, Foucault (2007) estabelece um arcabouço teórico essencial para compreender os alicerces que regem a produção do saber em determinados contextos históricos e culturais. O autor argumenta que, em cada cultura e período específico, vigora uma única episteme, entendida como o conjunto de condições subjacentes que delimitam as possibilidades de existência, organização e expressão de qualquer forma de conhecimento – seja ele teorizado de modo explícito ou operante de maneira tácita nas práticas sociais. Segundo ele, "Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme, que define as condições de possibilidade de todo saber. Tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática" (Foucault, 2007, p. 230). Essa perspectiva sublinha a episteme como matriz invisível, porém determinante, que condiciona não apenas os discursos científicos, mas também as ações e interpretações cotidianas, funcionando como um *a priori* histórico que estrutura o que pode ser pensado, dito e legitimado como verdade.

Complementando essa visão, Soares (2024) oferece uma releitura contemporânea ao articular a noção foucaultiana de episteme com a materialidade dos dispositivos sociais. Para ele, a episteme transcende a mera dimensão epistemológica, configurando-se como um sistema de crenças coletivamente internalizadas, cuja eficácia deriva dos significados estruturantes inscritos em mecanismos discursivos e não discursivos. Tais dispositivos, segundo o autor, orientam as formações discursivas e concretizam-se nos enunciados que permeiam a tessitura social, atuando como vetores de poder e saber. Em suas palavras: "*La episteme puede ser descrita como un conjunto de creencias, cuya ocurrencia se basa en los significados estructurantes de los dispositi-*

vos que orientan las formaciones discursivas y se materializan en los enunciados que circulan en la sociedad"² (Soares, 2024, p. 262). Nessa ótica, a episteme não se restringe a um paradigma cognitivo, mas se entrelaça com a materialidade das práticas, instituições e linguagens, revelando-se tanto nas grandiosas teorizações acadêmicas quanto nas microfísicas do poder que moldam o cotidiano.

A convergência entre Foucault (2007) e Soares (2024) reside na compreensão da episteme como infraestrutura simbólica e operativa que simultaneamente possibilita e restringe o conhecimento. Enquanto Foucault (2007) enfatiza seu caráter condicionante e singular em cada época, Soares (2024) amplia o debate ao destacar sua natureza dinâmica, ancorada na interação entre dispositivos concretos e a produção discursiva. Juntos, demonstram que a episteme não é um mero pano de fundo, mas um campo de forças ativo, onde se negociam verdades, estabelecem-se hierarquias de saber e se naturalizam regimes de visibilidade e invisibilidade. Essa abordagem, que engloba a visão de ambos, convida à reflexão crítica sobre como os sistemas de conhecimento, longe de serem neutros ou universais, são profundamente enraizados em contextos culturais específicos, desafiando tanto o senso comum quanto o saber acadêmico tradicional acerca das estruturas invisíveis que governam as relações de poder-saber contemporâneas.

Portanto, a identificação da episteme, nesta investigação, consiste em compreender algumas das principais relações de saber-poder macrodinâmicas envolvidas na condução do dispositivo, aqui tomado como o jornal virtual *Gazeta do Cerrado*, na constituição da formação discursiva que engendra e orienta o enunciado *IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (*Gazeta do Cerrado*, 2025). Assim, com esse panorama teórico-metodológico, apresentado como projeto interpretativo de tal objeto, passa-se ao seu exame na próxima seção, com os

votos de cumprimento do objetivo aqui proposto.

Uma Análise Arqueogenealógica sobre a Repercussão de Dados do IBGE 2022

Para dar curso ao procedimento teórico-metodológico explicitado anteriormente, segundo a propositura de analisar as relações de poder-saber presentes na matéria eleita para se compreender a repercussão de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022, toca-se a possibilidade de descrever e interpretar o enunciado, a formação discursiva, o dispositivo e a episteme em um sequenciamento cadenciado no qual o dispositivo, como um conjunto de rede de dizeres entrelaçados pela tecitura de seus elementos constituintes, é apresentado como o primeiro componente sob exame; posteriormente, o próprio enunciado em sua materialidade passa ao escrutínio. Nesse direcionamento, revisa-se a construção do periódico virtual *Gazeta do Cerrado*, como o fez Soares (2025), em seu lócus de produção de informação na própria *internet*, mais especificamente, volta-se a uma de suas páginas, cujo título é "Sobre".

Iniciado em 2016, o periódico em questão consolida-se como uma plataforma digital cuja arquitetura veicular e proposta organizacional estão disponíveis em seu sítio eletrônico. Essa página, além de funcionar como um local de transparência institucional, delinea os pilares estruturantes do meio de comunicação, abrangendo desde sua configuração técnica até sua orientação discursiva. Fundado por Maria José Cotrim e Marco Aurélio Jacob – que compartilham a propriedade legal da empresa –, o projeto do jornal evidencia uma gestão colaborativa, aspecto que pode reverberar em sua linha editorial e nas estratégias de curadoria informativa, mas que, para os fins investigativos deste artigo, não influem significativamente no eco discursivo de seus enunciados produzidos.

Um elemento de particular relevância analítica reside no modelo de financiamento adotado: a possibilidade de veiculação de anúncios pagos

² Em tradução livre: "A episteme pode ser descrita como um conjunto de crenças, cuja ocorrência dá-se a partir de sentidos estruturantes dos dispositivos que orientam as formações discursivas e materializam-se nos enunciados circulantes na sociedade".

no espaço digital do jornal. Esse vetor monetário, ainda que comum em empreendimentos midiáticos contemporâneos, suscita questionamentos críticos sobre a autonomia editorial. Como apontam teóricos da economia política da comunicação, como McChesney (2000), a dependência de receitas publicitárias tende a criar tensões entre o interesse público e agendas particulares, potencialmente orientando a produção de conteúdos sob um viés mercadológico. Ademais, a seção "Sobre" explicita a missão, visão e valores norteadores do periódico, elementos que, em conjunto, compõem um *ethos* institucional destinado a legitimar sua autoridade no campo midiático.

A missão, frequentemente articulada como promessa de serviço público, e a visão, projetadas como aspiração estratégica, refletem uma tentativa de alinhamento a uma formação discursiva específica de cunho democrático. Nesse sentido, a aderência declarada a princípios, como "rigor factual" ou "compromisso social", busca inscrever o veículo em uma rede de significação que o associa a valores democráticos e críticos, ainda que tais retóricas demandem contraste empírico com suas práticas reais de mediação informativa. Complementarmente, seus dizeres reforçam seu compromisso com a produção de conteúdo "sólido, conciso e fundamentado, com dinamismo, responsabilidade e jovialidade, que visa os interesses públicos (...) e destaca o interesse coletivo como vetor" (Gazeta do Cerrado, 2021). Esse discurso autorreferencial, marcado por uma gramática progressista, posiciona o veículo como um dispositivo de validação informativa (Foucault, 2012), cuja materialização discursiva busca legitimidade social por meio de enunciados que enfatizam rigor, pluralidade e engajamento cívico. Entretanto, como alerta McChesney (2000), a coexistência entre retórica de serviço público e modelos de financiamento dependentes de anúncios exige análise crítica sobre possíveis tensões entre idealismo declaratório e práticas editoriais concretas.

Sobre determinadas especificidades descritas acima acerca do dispositivo em questão, Soares

(2025, p. 127) aprofunda: "Como o procedimento enunciativo do próprio dispositivo midiático caracteriza-o como voltado aos interesses coletivos, assemelhando-se a um jornal partidariamente do espectro de esquerda". Dessa forma, a formação discursiva constituinte de suas matérias possivelmente se enquadra no interior do que se convencionou chamar comumente, sem muito rigor epistemológico, de progressismo. Todavia, pode-se, a partir da própria exposição do jornal sobre si e seu desempenho financeiro, afirmar que a contradição inerente ao dispositivo provavelmente compõe seus enunciados. Em que grau isso se dá, a notícia sob exame, "IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%" (Gazeta do Cerrado, 2025), a seguir, poderá explicitar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou hoje, 26, novos dados do Censo 2022, denominados de "Educação: resultados preliminares da amostra". O questionário amostral foi aplicado em cerca de 10% da população recenseada, isto é, para as informações divulgadas agora, houve uma ponderação para os resultados serem representativos da população.

O levantamento mostrou que o Tocantins teve 86,7% das pessoas de 6 a 14 anos frequentando escola ou creche. De 0 a 3 anos, somaram 29,9% e crianças de 4 a 5 anos foram 85,9%. Adolescentes de 15 a 17 anos tiveram a taxa bruta de frequência escolar de 86,1%, número que já cai na faixa etária seguinte, de 18 a 24 anos, para 28,8%.

No Tocantins, 33,2% das pessoas com 25 anos ou mais ainda não tinham concluído o ensino fundamental em 2022.

Em relação ao grau de instrução dos tocantinenses, as pessoas sem instrução e fundamental incompleto eram 33,2% do total; fundamental completo, 14,1%; ensino médio completo e superior incompleto, 36,4%; e superior completo somou 16,2% do montante.

Por cor ou raça da proporção da população com 25 anos ou mais com nível superior completo, pessoas da cor branca eram 26,9%, 13,2% foram pretos e pardos representaram 16,0% da soma. A população indígena nesta variável foi de 7,57%.

Com média de 9,3 anos de estudo, o Tocantins fica um pouco abaixo do montante nacional de 9,5 anos. As cidades que obtiveram um maior número foram Palmas (11,4), Gurupi (10,4) e Araguaína (10,0). O município de Recursolândia teve a pior média estadual, sendo de apenas

4,1 anos de estudo. Ponte Alta do Bom Jesus ficou em penúltimo lugar no ranking, já que marcou 6,1 anos na variável.

Trata-se, como é possível perceber, de um enunciado relativamente técnico e descritivo no tocante aos dados extraídos do próprio recenseamento feito pelo IBGE, de modo que o título da notícia não apenas sintetiza o aspecto mais importante para a compreensão geral das informações, mas simplifica todo o processo interpretativo acerca dos direcionamentos do enunciado. Além disso, como é uma matéria cujo hiato informacional é de aproximadamente três anos, tendo em vista o ano de sua publicação, 2025, e os resultados de pesquisas do IBGE de 2022, deve-se considerar, para efeito de verificação das relações de poder-saber envolvidas em sua construção discursiva, o momento no qual tal enunciado é veiculado, porquanto esse pode ser um determinante da própria formação discursiva segundo a qual os sentidos em seu interior operam.

Verifica-se que o enunciado em questão faz uso de dados estatísticos oficiais (no caso, do IBGE) como instrumento de poder-saber que modela como o circuito social é percebido e quais suas deficiências no quesito quantitativo da educação formal, pois a educação informal não parece ser mensurável ou mesmo levada em consideração por tais expedientes de controle populacional. Nesse direcionamento esclarecedor, há uma objetivação da população por meio de categorias quantificáveis – faixas etárias, raça/cor e nível de instrução – não como um mero exercício descritivo, mas como um ato político-epistemológico que materializa o biopoder (Foucault, 2014). Conforme explica Foucault (2014), o Estado moderno opera mediante técnicas de governamentalidade que convertem corpos singulares em “populações” administráveis (Foucault, 2008b), transformando a vida em dado estatístico. Esse processo, longe de ser neutro, institui uma ontologia social no interior da qual sujeitos são reduzidos a “casos” em planilhas, sujeitos a intervenções normatizadoras.

Nesse horizonte delineado, as relações de poder-saber não se restringem à objetivação

da população por meio da estatística, há uma hierarquização do corpo social: classificação por anos de estudo (“9,3 anos de estudo”) e por níveis de instrução (“superior completo”). Desse modo, estabelece-se uma gradação de valor social, na qual a educação formal é um capital simbólico que legitima (ou exclui) grupos. Por exemplo, a disparidade racial no acesso ao ensino superior (brancos: 26,9%; pretos: 13,2%; indígenas: 7,57%) revela como a raça opera como um marcador de desigualdade estrutural, reforçando mecanismos de exclusão colonial-moderna. Assim, a hierarquização social não apenas serve ao controle do circuito coletivo, dando-lhe ares de cientificidade matematizada por números, mas também promove o acirramento comparativo entre sujeitos representáveis por suas características particulares de distinção, de maneira a afunilar o lastro entre as dissimetrias historicamente existentes.

Ao recorrer ao IBGE como fonte primária de dados, a matéria consolida a autoridade do Estado como instância legítima de produção e validação do conhecimento demográfico, dando prevalência a um poder-saber estatal (Foucault, 2008b). Esse movimento não apenas confere à estatística oficial um *status* de objetividade incontestável, mas reforça a centralidade do aparato estatal na definição das narrativas sobre a população, isto é, faz do resultado de um recenseamento um saber inquestionável tanto por seu método estatístico quanto por seu aplicador, um representante do Estado (IBGE). Ao fazê-lo, silencia-se a existência de outras epistemologias, como os saberes tradicionais indígenas, cuja complexidade e dinâmicas próprias escapam às métricas censitárias. Dessa forma, institui-se uma hierarquia cognitiva segundo a qual o conhecimento estatal adquire primazia e validade, relegando formas alternativas de compreensão da realidade a um plano de menor visibilidade e reconhecimento.

A partir da construção textual-argumentativa do enunciado sob exame, encontram-se a objetivação da população, a hierarquização do corpo social e a naturalização da autoridade estatal como integrantes das redes de poder-saber como cadências, segundo as quais os inúmeros

dispositivos de controle do circuito coletivo o controlam (Foucault, 2008b). Em vista da averiguação de tais propriedades vinculadas às relações de poder-saber, entende-se que a formação discursiva insere-se no quadro neoliberal-tecnocrático segundo o qual se pode corrigir os números por meio de um controle qualificado de números (Foucault, 2008b). O enunciado *IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (Gazeta do Cerrado, 2025), orientado pela formação discursiva neoliberal-tecnocrática, apresenta, entre suas relações de poder-saber, tanto um fetiche pela quantificação quanto uma narrativa desenvolvimentista, ambos atrelados a uma retórica meritocrática.

A primazia dos dados quantitativos na avaliação da educação, como fetiche pela quantificação, revela um processo de abstração que reduz a complexidade do fenômeno educativo a métricas e indicadores padronizados de controle do Estado (Foucault, 2008b). A centralidade de médias e percentuais não apenas obscurece dimensões qualitativas essenciais – como a vivência cultural, a equidade pedagógica e as variadas dinâmicas de exclusão –, mas, sobretudo, reforça uma lógica gerencialista de responsabilidade social, na qual a eficácia do ensino é mensurada a partir de parâmetros objetiváveis e comparáveis. Tal paradigma, amplamente difundido em políticas educacionais de viés mercantilizado, desloca o foco do direito à educação para a *performance* institucional, transformando o conhecimento em um bem quantificável e sujeitando a experiência escolar às exigências da produtividade e da competitividade parametrizáveis.

Já a associação entre escolaridade média e desenvolvimento econômico – implícita na hierarquização municipal – reflete a colonização do educativo pela racionalidade mercantil. Para teóricos como Becker (1964), a educação é reduzida ao capital humano, um investimento individual que maximiza retornos financeiros. Nessa perspectiva, Palmas, com seus 11,4 anos de estudo, é celebrada como o máximo possível de produtividade, enquanto Recursolândia, com 4,1

anos, é estigmatizada como um deserto de capital humano, justificando intervenções corretivas, como parcerias público-privadas, terceirizações, que raramente questionam a precarização estrutural do ensino público. Diante de tal expediente desenvolvimentista, empreende-se a implementação de um conjunto modelar de novas métricas para verificação de novos censos para ratificar políticas públicas pouco eficientes, porém com grande investimento financeiro.

Como a formação discursiva neoliberal-tecnocrática estabiliza a configuração de sentidos do enunciado sob investigação por meio do fetiche pela quantificação, por meio da narrativa desenvolvimentista e por meio da retórica meritocrática, há, por conseguinte, a categorização de municípios como "atrasados", operando uma violência simbólica (Bourdieu, 1989) que transfere a responsabilidade pelas desigualdades para as próprias comunidades. Recursolândia, ao ser fixada no último lugar do *ranking*, torna-se um espaço de exceção, em que a baixa escolaridade é lida como falha moral (indolência, desinteresse) em vez de resultado histórico de abandono estatal, concentração fundiária ou ausência de infraestrutura. Como analisa Brown (2015), o neoliberalismo substitui a noção de direitos por responsabilidades individuais, convertendo problemas estruturais em déficits de desempenho a serem sanados por políticas punitivas (Foucault, 2014).

A matéria, por corroborar a retórica meritocrática, encontrada na formação discursiva neoliberal-tecnocrática, que atribui o sucesso ou fracasso educacional exclusivamente ao esforço individual, constitui um dispositivo que obscurece a operação sistêmica de privilégios estruturais. Como demonstra Pierre Bourdieu (1979), o mérito não é um atributo neutro, mas um capital simbólico moldado por condições materiais, acesso a redes sociais e heranças culturais – fatores que transcendem a mera "vontade pessoal". Ao culpabilizar indivíduos por não concluírem o ensino médio (a partir de taxas de evasão vinculadas à pobreza ou trabalho infantil), a meritocracia opera uma violência simbólica, convertendo desigual-

dades históricas em déficits morais. Portanto, tal relação de poder-saber meritocrática, presente na direção de sentidos da formação discursiva neoliberal-tecnocrática, corporifica as dimensões abstratas de questões vinculadas à educação formal, mas distancia-se do campo da prática de sua ocorrência.

Dadas as características do enunciado em questão, objetivação da população por meio da estatística e hierarquização do corpo social, do dispositivo, com sua tendência mercadológica marcada por uma gramática progressista, e da formação discursiva neoliberal-tecnocrática, pode-se, por extensão, alcançar a episteme que sustenta tais relações de poder-saber. Nesse direcionamento, a episteme, como "verdade", "saber" ou "conhecimento legítimo" (Foucault, 2007), volta-se à produção de métricas para avaliar a escolarização. Em outros termos, a episteme científica, que cada vez mais pode ser ignorada/acometida pela concorrência de outra episteme, pseudocientífica, traz para o cenário de produção e de interpretação da notícia *IBGE aponta: Tocantinsenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (Gazeta do Cerrado, 2025) uma asserção indelével: o estudo formal no Tocantins possui uma valorização, independentemente se do estado ou do indivíduo, um tanto quanto reduzida.

A episteme científica não apenas serve de instrumentalização discursiva ao neoliberalismo, que a reduz a ferramenta de gestão, uma vez que a ausência de crítica aos critérios do IBGE – como, por exemplo, por que "anos de estudo" podem ser medidas de inteligência – mas, sobretudo, revela uma aceitação acrítica da tecnocracia como "verdade" atemporal. Desse modo, a asserção de que "o estudo formal no Tocantins possui valorização reduzida" não é um juízo empírico, mas um efeito discursivo da episteme vigente. Quando a escolarização é medida por anos de estudo e taxas de conclusão, seu valor social é esvaziado; tanto para o Estado, porque se torna um índice de desenvolvimento humano a ser maximizado em relatórios internacionais, sem investimento real em formação crítica, quanto para o indivíduo,

já que, para ele, se transforma tão-somente em credencial para o mercado, desvinculada de prazer intelectual ou consciência política.

Em função do procedimento analítico realizado, pode-se afirmar que a baixa valorização da educação configura-se como um reflexo da crise do ensino enquanto projeto público, sendo progressivamente substituído por uma lógica de consumo educacional. Nesse contexto, diplomas assumem o *status* de mercadorias e instituições de ensino operam como empresas, organizadas segundo um modelo em que indicadores numéricos representam abstrações em detrimento da materialidade do conhecimento. Assim, a matéria publicada pela *Gazeta do Cerrado* (2025), ao reproduzir os dados do IBGE sem questionar os pressupostos que os sustentam, exemplifica como a episteme científica conforma o imaginário social, consolidando a concepção da educação como mera métrica, dissociada de seu caráter formativo e emancipatório. Como pontua Brown (2015), o neoliberalismo dissolve a noção de bem comum, substituindo-a por uma racionalidade gerencial que transforma direitos sociais em produtos e cidadãos em clientes.

Considerações Finais

A análise arqueogenealógica empreendida neste artigo permitiu desvelar as intrincadas relações de poder-saber que permeiam a divulgação de dados educacionais no Tocantins, especificamente na matéria *IBGE aponta: Tocantinsenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%* (Gazeta do Cerrado, 2025). A investigação revelou como a objetivação estatística da população, operada por meio de categorias quantificáveis (faixas etárias, raça/cor, níveis de instrução), consolida uma lógica biopolítica (Foucault, 2008b), que transforma indivíduos em "casos" administráveis pelo Estado. Essa prática não apenas hierarquiza corpos sociais, mas naturaliza desigualdades estruturais, como a disparidade racial no acesso ao ensino superior (brancos: 26,9%; pretos: 13,2%; indígenas: 7,57%), reforçando mecanismos de exclusão.

A formação discursiva neoliberal-tecnocrática identificada na matéria manifesta-se por meio de três eixos centrais. Em primeiro lugar, o fetiche da quantificação reduz a educação a métricas como "anos de estudo" e "taxas de frequência", esvaziando seu potencial emancipatório e convertendo-a em capital humano (Becker, 1964), subordinado à produtividade econômica. Em segundo lugar, a narrativa desenvolvimentista estigmatiza territórios como "atrasados" ao hierarquizar municípios (Palmas: 11,4 anos vs. Recursolândia: 4,1 anos), legitimando intervenções mercadológicas em detrimento de políticas públicas redistributivas. Por fim, a retórica meritocrática culpabiliza indivíduos pelo "fracasso educacional", obscurecendo privilégios sistêmicos e perpetuando a violência simbólica (Bourdieu, 1989), que associa mérito a condições materiais prévias.

O dispositivo midiático analisado, o jornal *Gazeta do Cerrado*, embora se apresente sob uma gramática progressista ("compromisso social", "interesse coletivo"), revela contradições inerentes à dependência de financiamento publicitário. Essa dinâmica tensiona a autonomia editorial, subordinando o discurso jornalístico a lógicas mercadológicas. Por sua vez, a naturalização acrítica dos dados do IBGE, sem questionamento de suas bases epistemológicas, reforça a episteme científica, que privilegia saberes estatísticos em detrimento de conhecimentos tradicionais e comunitários, silenciados pelas relações de poder-saber vigentes. Nesse direcionamento, a análise arqueogenealógica revelou que a episteme científica constitui o alicerce invisível que estrutura as relações de poder-saber na matéria examinada. Essa episteme, tal como definida por Foucault (2007), opera como um *a priori* histórico que naturaliza a educação como um fenômeno quantificável, reduzindo-a a métricas como "anos de estudo" e "taxas de frequência". Tais indicadores, longe de serem neutros, refletem uma racionalidade instrumental que subordina o saber à lógica do capital humano (Becker, 1964), transformando a educação em um insumo para a produtividade econômica, em desfavor de sua função crítica e emancipatória.

Quanto às contribuições, este artigo preenche lacunas na literatura investigativa ao articular o aparato teórico-metodológico da análise arqueogenealógica do discurso com dados locais do Tocantins, estado pouco estudado sob tal perspectiva. Contudo, limita-se a expor como o aparelho midiático, em específico, a *Gazeta do Cerrado*, reproduz discursos hegemônicos, sem abordar alternativas pedagógicas (educação remota, híbrida etc.) que desafiam métricas tradicionais. Para pesquisas futuras, sugere-se: perscrutar como saberes tradicionais tocantinos resistem à episteme científica; analisar o impacto de políticas públicas baseadas em *rankings* educacionais nas periferias rurais; e explorar contradições entre retórica progressista e financiamento privado em veículos midiáticos. Tais direções podem ampliar o entendimento sobre a tensão entre métricas hegemônicas e epistemologias marginalizadas, contribuindo para aprofundar e qualificar o debate educacional.

Referências

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, 5, 9-16. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>
- Arroyo, M. G. (2012). *Direito à educação: Contradições e desafios*. Vozes.
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Columbia University Press.
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *La noblesse d'État: Grandes écoles et esprit de corps*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1975). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Francisco Alves.
- Cury, C. R. J., Reis, M., & Zanardi, T. A. C. (2018) *Base nacional comum curricular: Dilemas e perspectivas*. Cortez.
- Deleuze, G. (1999). ¿Qué es un dispositivo? In E. Balibar, G. Deleuze, H. L. Dreyfus, M. Frank, A. Glücksmann, & B. Gots, *Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-163). Gedisa.

Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas* (S. T. Muchail, Trad.; 9ª ed.). Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (M. B. da Mota, Org.; E. Monteiro, Trad.; 2ª ed.). Forense Universitária.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, território e população* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.

Foucault, M. (2009). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (L. F. A. Sampaio, Trad.; 18ª ed.). Edições Loyola.

Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.; 8ª ed.). Forense Universitária.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramalheite, Trad.; 42ª ed.). Vozes.

Gazeta do Cerrado. (2021). *Missão, visão e valores*. <https://gazetadocerrado.com.br/missao-visao-e-valores-da-gazeta-do-cerrado/>

IBGE aponta: Tocantinenses estudaram, em média, 9,3 anos; pessoas sem instrução e fundamental incompleto são 33,2%. (2025). *Gazeta do Cerrado*. <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/ibge-aponta-tocantinenses-estudaram-em-media-93-anos-pessoas-sem-instrucao-e-fundamental-incompleto-sao-332/#:~:text=Censo-IBGE%20aponta%3A%20Tocantinenses%20estudaram%2C%20em%20m%C3%A9dia%2C%209%2C3.fundamental%20incompleto%20s%C3%A3o%2033%2C2%25&text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia.%3A%20resultados%20preliminares%20da%20amostra%E2%80%9D>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2021). *Censo da educação básica 2020: Resumo técnico*. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

McChesney, R. W. (2000). *Rich media, poor democracy: Communication politics in dubious times*. The New Press.

Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. (2018). Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. https://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=30192&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&option=com_docman&view=download&utm_source=chatgpt.com

Soares, T. B. (2024). Un análisis arqueogenealógico de los establecimientos religiosos en Tocantins. *Ciência & Trópico*, 48(1), 257–271. [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1\(2024\)2251](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1(2024)2251)

Soares, T. B. (2025). *Arqueogenealogias do discurso do Norte: Sentidos e sujeitos tocantinenses*. Pontes Editores.

Soares, T. B., & Boucher, D. F. (2024). *Projeções discursivas do Norte: Efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins*. Pontes Editores.

Weaver, R. M. (2016). *As ideias têm consequências*. É Realizações.

Thiago Barbosa Soares

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq.

Endereço para correspondência

Universidade Federal do Tocantins
Rua 3, Quadra 17, Lote 11, S/N
Porto Nacional, 77500-000
Palmas, TO, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.